ANC

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA

Diretores
José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O ESTADO DE S. PAULO
Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA (1891 - 1927)
JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA (1927 - 1969)

19 MAI 1988
JORNAL DA TARDE
EX-LIBRIS
19 MAI 1988

Os constituintes estão produzindo um aborto

É tal a capacidade que os senhores constituintes desenvolveram de surpreender (**negativamente**) a Nação brasileira com suas votações, que achamos que não vale mais a pena ficarmos aqui perdendo tempo e aborrecendo o leitor com a análise detalhada de cada ponto da futura Carta Magna do País que é aprovado em Brasília. O noticiário que nos chega diariamente dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte se assemelha muito com aqueles boletins médicos dos doentes em estado terminal: monotonamente, repetem as oscilações sintomatológicas de um quadro patológico que não tem nada de novo e também não tem salvação.

Quando a Constituinte, como aconteceu mais uma vez nesta terça-feira na votação do título da Ordem Social, põe-se a distribuir benesses sem considerar de onde irão sair os recursos para pagar essas concessões e se os que serão chamados a pagar poderão fazê-lo por muito tempo, lembramos uma velha história que se conta sobre Pancho Vila, o herói mexicano. Para comemorar a vitória de sua revolução, Vila mandou imprimir rios de dinheiro e jogou tudo para o povo reunido em praça pública. Certamente acreditou haver estabelecido a felicidade e a riqueza eternas para o povo mexicano.

Nossos constituintes, com a mesma mentalidade do revolucionário mexicano, acreditam estar fazendo a felicidade geral do povo brasileiro por meio das coisas que andam plantando no texto constitucional. No momento, eles estão empenhados em construir um sistema de assistência social (**welfare state**) como o da Suécia num país com as condições econômicas do Brasil. Só que se esqueceram de um pequeno detalhe: antes de montar esse sistema assistencial, eles teriam de ter criado as condições para que a economia nacional — que é quem irá sustentá-lo — adquirisse o vigor da economia japonesa. E não foi bem isso que eles fizeram...

Observando-se com atenção o vaivém dos votos dos constituintes, como se comportam os vários grupos partidários e suprapartidários em diferentes votações, percebe-se claramente que as questões ali não são decididas ideologicamente ou por qualquer outro tipo de princípio. É uma barafunda que à primeira vista confunde a cabeça de quem tenta entender o que se passa na Assembléia. Partiu, por exemplo, de alguns parlamentares da esquerda, a mais veemente crítica ao grotesco tabelamento dos juros, enquanto grande parte da bancada tida como liberal defendia e aprovava a medida. No caso dos artigos que ampliaram os benefícios da previdência social, novamente parte da bancada esquerdista foi contra, porque sabe que não há suporte financeiro para cobrir tais vantagens, enquanto muitos "liberais" ficavam a favor.

Neste momento invejamos os intelectuais que, ao contrário de nós jornalistas, que somos forçados a acompanhar e analisar os acontecimentos do dia-a-dia, podem-se abstrair de coisas como as loucuras que são cometidas na Assembléia Constituinte para tentar entender as razões mais profundas de cada uma dessas decisões, mergulhando no estudo de nossa evolução histórico-cultural.

É o que está fazendo agora nosso colaborador Benedicto Ferri de Barros em uma série de artigos que vem publicando em **O Estado de S. Paulo**. Tomando como ponto de partida exatamente os trabalhos constituintes, as asnices e barbaridades que de lá emanam, Ferri de Barros chegou à conclusão de que é hora de repensar o Brasil, de procurar nas raízes, mais profundas de nossa história e da nossa cultura, as razões para comportamentos tão infantilmente irracionais como os que se registram diariamente na Assembléia Constituinte. Para ele, só assim poderemos entender por que, mais uma vez, estamos ameaçados de perder o bonde da História e de registrar mais uma crônica de fracasso na tentativa de construir um regime democrático no País.

No artigo de ontem ele ataca essa tarefa, sem emitir nenhum juízo de valor, buscando apenas entender por que somos assim, por que nossos políticos (nossos homens públicos, nossas elites) estão agora remando contra a correnteza e arrastando o País junto. Ferri de Barros deixa tudo muito claro: o problema é cultural. "Todo o pensamento e ação dos políticos brasileiros" — constata ele — "têm sido conduzidos pela idéia de que o desenvolvimento do povo e da Nação são tarefa e missão do Estado". Essa teoria baseia-se no velho preconceito da "imaturidade cultural e conseqüente infantilismo e incapacidade política do povo". Por isso, mesmo esse povo precisaria ser tutelado por suas elites, através do aparelho estatal, para desenvolver suas potencialidades. Essa doutrina esteve por trás de todas as políticas oficiais aplicadas no País nos últimos anos, desde a ditadura de Getúlio Vargas até os governos militares que governaram sob a égide do binômio "segurança e desenvolvimento".

Nesse tempo aconteceu o grande fenômeno que nossas elites ainda não perceberam: gigantesco, incontrolado, o aparelho estatal (com a classe política, que é um apêndice dele) se deteriorou, deixou de acompanhar o desenvolvimento e a modernização do povo, que ele mesmo, bem ou mal, promovia. A **incapacidade, a imaturidade e o infantilismo** agora passaram a ser dos políticos e de **suas** instituições (o Congresso, os partidos, o aparelho de Estado). São eles que precisam ser "educados e modernizados".

Nesse ponto reside o grande equívoco que a Assembléia Nacional Constituinte está cometendo ao escrever uma Constituição para o Estado brasileiro e não para a sociedade brasileira — que, conseqüentemente , está nascendo morta; é um autêntico aborto. Ela está privilegiando o passado em detrimento do futuro, como anotou com rara felicidade nosso articulista acima citado:

"A realidade mais contundente que hoje vivemos é a modernidade, vitalidade e competência de uma nação que tem apenas 166 anos de idade, em contraste com a senilidade, impotência e arcaísmo de um Estado que perdeu, inclusive, o comando de suas funções políticas fundamentais. Entre elas, a de selecionar seus homens, disciplinar seus órgãos e seus poderes, manter suas finanças e a moral pública nos níveis mínimos de decência e credibilidade. Como poderá um Estado, em tais condições, encaminhar as soluções dos magnos problemas públicos afetos à ação política? Não obstante, as classes políticas, com assento na Constituinte, querem aumentar seus poderes e, sem uma profunda reestruturação do Estado, incumbi-lo de assumir novas questões, sob novo programa de tutela. E isso, precisamente, quando no mundo inteiro, quer entre as nações de ponta de lança quer entre as mais retardadas, se reconhece que a única maneira de se promover o desenvolvimento econômico, de um lado, e de se recuperar, de outro, o crédito e a função de liderança que o Estado perdeu, se acha no recuo de seu avanço sobre a sociedade e na concentração de suas atividades sobre as funções eminentemente políticas de sua alçada."

Os nossos constituintes, graças aos seus condicionamentos culturais, não perceberam que, como diz o professor Ferri de Barros, "o problema político se inverteu. ...Pela primeira vez na história brasileira o povo e a Nação se acham à frente do seu Estado e dos seus políticos. A 'realidade nacional' modificou-se. Chegou a sua maturidade. Em todos os setores a 'sociedade civil' deixou o Estado, suas instituições, seus órgãos e seus agentes para trás. A grande tarefa política já não é mais estruturar a Nação e desenvolver seu povo metendo-os dentro de um projeto concebido pelo Estado e seus ideólogos, mas reestruturar e modernizar o próprio Estado, seus órgãos e seus homens, colocando-os sob os princípios da racionalidade, moralidade e eficiência característicos dos Estados modernos".

Quem está tentando fazer isso, neste momento, no Brasil, é o ministro Mafison da Nóbrega. Os constituintes estão fazendo exatamente o contrário e, por isso, estão produzindo um aborto.